



TECNOLOGIAS DIGITAIS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO: O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

DIGITAL COMMUNICATION AND INFORMATION TECHNOLOGIES: THE USE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN CONTEMPORARY BRAZILIAN LAW

TECNOLOGÍAS DIGITALES DE COMUNICACIÓN E INFORMACIÓN: EL USO DE INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN EL DERECHO BRASILEÑO CONTEMPORÂNEO

Caroline Pinheiro Dias Hidaka¹

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias digitais. Direito digital. Inteligência artificial. Ética.

INTRODUÇÃO

O direito digital e a modernização do Judiciário brasileiro são características e fenômenos que moldaram o exercício da advocacia atualmente. Essas mudanças já foram previstas há anos por estudiosos da área, como o Professor Richard Susskind (SUSSKIND, 2017), que ensinou:

O mercado jurídico está em um notável estado de mudança. Em menos de duas décadas, a forma como os advogados trabalham mudará radicalmente. Formas inteiramente novas de prestação de serviços jurídicos surgirão, novos provedores serão firmemente estabelecidos no mercado e o funcionamento de nossos tribunais será transformado. A menos que eles se adaptem, muitos negócios jurídicos tradicionais irão à falência. Por outro lado, todo um conjunto de novas oportunidades se apresentará para jovens advogados empreendedores e criativos. Acredito que haja três motores principais dessa mudança: o desafio "mais por

¹ Especialista em Direito Processual Civil; em Direito de Família e Sucessões e em Direito Público. Advogada. Servidora Pública da Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania – SEAC. E-mail: caroline_pinheiro_dias@hotmail.com.



menos", a liberalização e a tecnologia (refiro-me à tecnologia da informação). (grifo nosso)

Como a inteligência artificial (IA) se mostra cada vez mais incorporada em diversas áreas, trazendo consigo benefícios e avanços tecnológicos, no ramo da advocacia ela também tem encontrado espaço para discussões, aplicações e debates sobre sua utilização.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Por apresentar uma nova realidade, na qual existem benefícios e avanços inegáveis, a aplicação da inteligência artificial no direito brasileiro levanta questões éticas e desafios relacionados aos direitos humanos que demonstram ser impactos de uma nova conjuntura global. Dessa forma, teria como afirmar que o uso da inteligência artificial no direito brasileiro atenderia os princípios éticos e morais? Bem como, estaria o Brasil capaz de regularizar o uso de inteligência artificial?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Frente à problemática apresentada, este trabalho utilizou-se de metodologia qualitativa e quantitativa, por meio de pesquisa documental, bibliográfica e análise de dados de uma pesquisa sobre escritórios de advocacia e advogados que pretendem ou já utilizam as ferramentas de IA. Buscando compreender em profundidade, a temática relacionada com o uso de inteligência artificial e novas tecnologias e o seu impacto na vida da sociedade, especialmente profissionais da área jurídica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para responder a estas questões, foi necessário primeiro analisar as formas de utilização da IA na advocacia, podemos citar que trará Eficiência, pois com a automação de tarefas rotineiras, como a revisão de documentos legais e



análise de contratos, economiza-se tempo, o que fará com que advogados possam concentrar-se em questões mais complexas e estratégicas.

Adquirida essa Eficiência, a IA auxilia na Redução dos Custos, uma vez que automatiza os processos repetitivos, reduzindo os custos operacionais. A inteligência artificial Melhora o Acesso a Jurisprudências e Doutrinas quando a IA é capaz de analisar grandes volumes de jurisprudências e doutrina rapidamente, fornecendo acesso a informações relevantes e atualizadas para ajudar nos casos. Apesar disso, a utilização de inteligência artificial no direito levanta algumas questões éticas necessárias de observar.

Como a Impessoalidade, pois a IA é capaz de automatizar muitas tarefas, correndo o risco de perder a personalização e sensibilidade que são necessárias em diversas questões jurídicas delicadas e complexas. A Falta de Ética também é questionada quanto a privacidade dos dados dos clientes e a confidencialidade das informações que eles fornecem aos seus advogados, por exemplo. A Dependência Excessiva também é um ponto de extrema crítica ao uso de IA no direito, quando existe o risco de advogados e profissionais do direito se tornarem dependentes além do necessário, perdendo suas habilidades de pensamento crítico e capacidade de analisar os problemas de maneira independente, o que também gera o receio de substituição dos advogados por IA.

Além das questões éticas, a aplicação da inteligência artificial na advocacia também levanta desafios relacionados aos direitos humanos. Por exemplo, a automação de tarefas jurídicas pode levar à perda de empregos para advogados e outros profissionais do campo jurídico, impactando negativamente as condições de trabalho e a qualidade dos serviços prestados aos clientes. Portanto, é importante garantir que a IA seja utilizada de forma responsável, de modo a respeitar os direitos dos trabalhadores e garantir a qualidade e eficácia dos serviços jurídicos.

Por isso, para garantir que essa nova tecnologia seja utilizada de forma ética, respeitando os direitos humanos e princípios fundamentais da profissão de advocacia e do direito brasileiro é necessário que haja Transparência, pois é fundamental que os clientes sejam informados sobre a utilização da inteligência artificial nos serviços contratados para serem prestados. De maneira transparente e



clara eles devem saber como a tecnologia está sendo utilizada e o quanto ela influencia no trabalho do advogado.

Uma Supervisão Humana deve ser utilizada como ferramenta de auxílio ao advogado, mas não o substituindo, para garantir que as decisões finais sejam sempre tomadas pelo advogado qualificado. Privacidade e Confidencialidade também são necessárias para proteção dos dados dos clientes, de acordo com a legislação vigente e os padrões éticos da profissão, evitando-se assim vazamentos ou uso inadequado das informações pessoais.

A Imparcialidade nas análises e decisões jurídicas devem ser garantidas quando no desenvolvimento dos algoritmos, para que não haja preconceitos ou injustiças. Por fim, urge a necessidade de Atualização e Revisão Constante, uma vez que se trata de tecnologia em recorrente evolução, é importante que os profissionais estejam sempre atualizados sobre as novas ferramentas e tendências da inteligência artificial, revisões periódicas dos resultados e decisões tomadas pela tecnologia garantem a sua precisão e eficácia.

Uma pesquisa conduzida pela Lets Marketing (consultoria de marketing jurídico), coletou dados entre 25 de janeiro a 25 de maio de 2024 com 75 bancas de advocacia, representando cerca de 4.700 advogados e mostrou que 69% dos escritórios pretendem investir em Inteligência Artificial até o final de 2024.

Nesse ano, 31% dos entrevistados afirmaram que não vão investir na tecnologia, enquanto em comparação com os dados de 2023, 41% dos entrevistados haviam respondido que não queriam fazer aporte desse tipo. A economia de tempo foi o motivo mais citado pelos escritórios que pretendem adotar a IA na sua rotina laboral.

A capacidade de processar grandes volumes de informações de forma rápida e eficiente é, portanto, um dos aspectos mais significativos da utilização da IA no setor jurídico, portanto.

Ainda na pesquisa, os entrevistados responderam as seguintes perguntas: Quer saber mais sobre advocacia e inteligência artificial? Por exemplo, você acha que a IA pode substituir o papel do advogado no futuro?

A resposta foi 'sim, parcialmente' para 77% dos respondentes da pesquisa realizada. Durante a pesquisa, foram ouvidos advogados atuantes em



escritórios full-service, abrangentes e especializados em diferentes localidades do Brasil, representando diferentes perfis profissionais no setor jurídico.

Neste contexto, sobretudo, advogados e escritórios de advocacia estão reconhecendo, cada vez mais, os benefícios tangíveis que a inteligência artificial pode oferecer. Desde a automação de tarefas rotineiras até a análise avançada de dados jurídicos, a IA está transformando a maneira como os operadores do Direito abordam problemas complexos e prestam serviços aos seus clientes.

No entanto, é importante reconhecer que a integração da IA no setor jurídico também apresenta desafios e considerações éticas. Ademais, questões relacionadas à privacidade, segurança de dados, vieses algorítmico e responsabilidade profissional precisam ser cuidadosamente ponderadas para garantir que a IA seja utilizada de maneira responsável e transparente, principalmente.

Aproximadamente 83% dos participantes do estudo mencionado estão certos de que é necessário, entretanto, a regulamentação para lidar com os desafios éticos associados ao uso da IA no campo jurídico, o que ressalta uma preocupação significativa com as implicações da tecnologia. Isso indica um forte consenso sobre a importância de estruturar um quadro regulatório que possa orientar o desenvolvimento e o uso da IA no Direito Brasileiro.

Em suma, a inteligência artificial pode ser uma aliada poderosa na advocacia, desde que seja utilizada de forma ética e responsável. Seguindo os princípios éticos, os profissionais do direito podem aproveitar os benefícios dessa tecnologia, sem comprometer a sua integridade profissional e os interesses dos seus clientes. Para responder ao segundo questionamento e demonstrar a importância em regularizar a IA no Brasil, Ana Catarina de ALENCAR (2022) mencionou o seguinte:

No Brasil, várias iniciativas em prol da regulação da IA começaram a despontar nos últimos anos. Nessa linha, podemos citar pelo menos quatro projetos de lei que tramitaram sobre a matéria em nível federal: (i) PL n. 5.051/2019, de autoria do Senador Styvenson Valentim; (ii) PL n. 21/2020, de autoria do Senador Eduardo Bismarck; (iii) PL n. 240/2020, de autoria do Deputado Federal Leo Moraes; e (iv) PL n. 872/2021, de autoria do Senador Eduardo Gomes. Dentre esses projetos, o PL n. 21/2020 é o mais avançado



em termos de tramitação e foi aprovado, em regime de urgência, na Câmara dos Deputados em 2021.

Atualmente, o PL n. 5.051/2019, PL n. 21/2020 e PL n. 872/2021 são os mais avançados nos debates para regularização, a matéria encontra-se com a relatora, desde 21/02/2024. Para corroborar o assunto, outra estratégia de regulamentação é a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial – EBIA, que tem por objetivo:

Potencializar o desenvolvimento e a utilização da tecnologia com vistas a promover o avanço científico e solucionar problemas concretos do país, identificando áreas prioritárias nas quais há maior potencial de obtenção de benefícios. (MCTI, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a integração da Inteligência Artificial (IA) no setor jurídico tem se mostrado uma revolução paradigmática, redefinindo as práticas e perspectivas dos profissionais do Direito. Isso se confirma quando escritórios de advocacia e advogados compreendem a necessidade e aceitam essa nova tecnologia, buscando investir na sua utilização.

Também, estão cientes da necessidade em se regularizar a inteligência artificial no Brasil e como a sua utilização já vem impactando significativamente a sociedade, as profissões e a maneira como vivemos. Assim, é possível concluir que a falta de instrumentos jurídicos capazes de nortear e compreender os limites de uso da inteligência artificial apresenta grande dificuldade para construir uma visão ética de IA, mas a partir de uma base ética e moral seremos capazes de analisar as possibilidades jurídicas e entender a sua extensão para moldar o futuro a partir desta nova realidade.

REFERÊNCIAS



Acesse a pesquisa: Inteligência Artificial no Setor Jurídico. Disponível em: < [https://www.letsmarketing.com.br/acesse-a-pesquisa-inteligencia-artificial-no-setor juridico/](https://www.letsmarketing.com.br/acesse-a-pesquisa-inteligencia-artificial-no-setor-juridico/)> Acesso em 13/10/2024.

ALENCAR, Ana Catarina de. **Inteligência Artificial, Ética e Direito: Guia Prático Para Entender o Novo Mundo.** São Paulo: Expressa, 2022.

BRASIL. Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial – EBIA. **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**, 2021. Disponível em < https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivos/inteligenciaartificial/ebia-diagramacao_4-979_2021.pdf>. Acesso em 5 de março de 2024.

Inteligência Artificial na advocacia: impactos e como utilizar. Disponível em:< <https://www.totvs.com/blog/gestao-juridica/inteligencia-artificial-na-advocacia/>> Acesso em 13/10/2024.

Inteligência Artificial na Advocacia: Tendências. Disponível em:< <https://juristas.com.br/artigos/inteligencia-artificial-na-advocacia-tendencias/>> Acesso em 13/10/2024.

Pesquisa revela tendência de escritórios de advocacia para investir em IA. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/pesquisa-revela-tendencia-de-escritorios-de-advocacia-para-investir-em-ia>> Acesso em 13/10/2024.

SUSSKIND, Richard. **Tomorrow`s Lawyers: An Introduction to Your Future.** Oxford: Oxford University Press, 2017.

TÉCNICAS. **Associação Brasileira de Normas. NRR6027 Informações e documentação – Sumário – Apresentação.** Exemplar para uso exclusivo – Manoel Alves Damascena Junior. Rio de Janeiro, 2010.